

PETROPOLITANAS

Divulgação



Secretário acompanha tramitação da PEC 383

Secretaria de Assistência Social cumpre agenda institucional

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Petrópolis acompanha, em Brasília, a tramitação e a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383 (PEC 383), considerada medida relevante para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social em âmbito nacional. O secretário municipal de Assistência Social, vereador licenciado Wesley Barreto, cumpre agenda institucional na capital federal desde a última terça-feira (7), com o objetivo de acompanhar os desdobramentos legislativos relacionados à proposta, além de dialogar com parlamentares e representantes de órgãos federais sobre iniciativas voltadas à ampliação do financiamento e à qualificação dos serviços socioassistenciais.

Outras agendas

Durante a permanência em Brasília, também foram realizadas diversas reuniões institucionais em ministérios e órgãos federais, com destaque para agendas estratégicas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, voltadas à discussão de programas, cofinanciamento e fortalecimento das ações da política de assistência social. Os encontros tiveram como finalidade alinhar diretrizes e apresentar demandas do município.

Divulgação



Wesley Barreto e o deputado federal Nikolas Ferreira

Atuação nos ministérios

A participação em agendas ministeriais reforça a atuação técnica e institucional do município na construção de políticas públicas integradas, evidenciando a importância do diálogo federativo para garantir maior eficiência na execução dos serviços e na proteção às famílias em situação de vulnerabilidade social. A participação em agendas ministeriais reforça a atuação técnica e institucional do município na construção de políticas públicas integradas, evidenciando a importância do diálogo federativo para garantir maior eficiência na execução dos serviços e na proteção às famílias.

Rede de proteção

A atuação institucional integra a estratégia administrativa da gestão municipal, que tem priorizado o fortalecimento da rede de proteção social e a busca permanente por recursos e parcerias intergovernamentais. Nesse contexto, a presença do município em discussões de alcance nacional reforça o compromisso com a consolidação de políticas públicas estruturantes e sustentáveis

Prêmio

A valorização dos profissionais da contabilidade pode ganhar um novo reconhecimento oficial em Petrópolis. A Câmara aprovou uma indicação que propõe a criação do Prêmio "Contabilista Paulo Roberto Patuléa", a ser concedido anualmente a profissionais e entidades de destaque na área pelo Poder Legislativo municipal.

Proposta

A proposta prevê que cada vereador possa indicar até dois homenageados por ano. A premiação será realizada no dia 25 de abril, data em que se celebra o Dia da Contabilidade, ou no primeiro dia útil subsequente, em solenidade organizada pela Mesa Diretora. Indicação é do vereador Léo França.

Objetivo

O objetivo da iniciativa é reconhecer trajetórias marcadas por dedicação, ética e contribuição relevante à sociedade, incentivando o fortalecimento da contabilidade tanto no setor público quanto na privada. A homenagem leva o nome de Paulo Roberto Patuléa, economista e contabilista com mais de cinco décadas de atuação.

Vacina

A Prefeitura promove neste sábado (11/4) a primeira etapa da vacinação antirrábica de 2026 para cães e gatos. Nesta fase, as equipes estarão nas regiões dos distritos de Itaipava, Pedro do Rio e Posse. A expectativa é imunizar mais de 4.700 animais. A vacina antirrábica é destinada a cães e gatos a partir de quatro meses de idade.

Orientações

Os tutores devem levar os cães com coleira e guia. Já os gatos devem ser transportados em caixas apropriadas. Uma lei estadual determina que a circulação de animais considerados ferozes só é permitida quando conduzidos por maiores de 18 anos, com uso de guia e focinheira adequadas para cada raça.

Tratamento

Uma proposta aprovada na Câmara Municipal de Petrópolis sugere a oferta de tratamento gratuito para animais diagnosticados com esporotricose no município. A indicação, de autoria do vereador Marquinhos Almeida, tem como objetivo fortalecer as ações de saúde pública e proteção animal.



Finalidade é ampliar participação de povos indígenas

Mais de 10 mil títulos de eleitor cancelados

Cidadão tem até o dia 6 de maio para regularizar situação eleitoral

Por Gabriel Toledo

Mais de 860 mil títulos de eleitor foram cancelados no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Justiça Eleitoral. Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro mostram que milhares de eleitores da Região Serrana e Centro-Sul Fluminense já tiveram o título cancelado por ausência nas últimas eleições sem justificativa. Em Petrópolis, por exemplo, dos 237.816 eleitores aptos, 10.095 tiveram o documento cancelado. Em Nova Friburgo, são 5.742 cancelamentos; em Teresópolis, 4.068; em Três Rios, 2.062; e em Paraíba do Sul, 1.194.

O prazo para regularização segue até o dia 6 de maio para afim de garantir o direito ao voto nas eleições de 2026. O prazo vale para quem precisa tirar o primeiro título, atualizar dados cadastrais, transferir o domicílio eleitoral ou resolver pendências. Após essa data, o cadastro eleitoral será fechado, conforme determina a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), que estabelece o encerramento 150 dias antes do pleito, marcado para o dia 4 de outubro, em primeiro turno. Segundo o advogado especialista em direito eleitoral, Fábio Ferreira, a situação acende um alerta para a população. "O Tribunal Regional Eleitoral informou que mais de 860 mil títulos foram cancelados. Isso chama a atenção não só por casos de falecimento, mas principalmente por eleitores que deixaram de votar e não justificaram a ausência", explicou.

Referente ao não cadastramento da biometria, em Petrópolis, 58.397 pessoas ainda não

realizaram o procedimento, o que representa 24,56% do total de eleitores. Em Nova Friburgo, são 36.543 sem biometria; em Teresópolis, 28.447; em Três Rios, 11.445; e em Paraíba do Sul, 8.452.

Consequências

O especialista reforça a importância de regularizar o documento dentro do prazo. "É fundamental que o eleitor procure a Justiça Eleitoral para regularizar a situação, seja pelo aplicativo ou presencialmente. O título regular garante não só o direito ao voto, mas também o acesso a serviços importantes", destacou. Entre as restrições para quem está com o título irregular estão a impossibilidade de tirar passaporte, se inscrever em concursos públicos e ingressar em instituições públicas de ensino.

O alistamento eleitoral é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para jovens de 16 e 17 anos, pessoas analfabetas e maiores de 70 anos. Já estrangeiros e cidadãos em serviço militar obrigatório não podem se alistar.

Para emitir ou regularizar o título, é necessário apresentar documento oficial com foto, comprovante de residência e, no caso de homens que completam 19 anos no ano do alistamento, comprovante de quitação com o serviço militar junto ao cartório eleitoral. O atendimento também pode ser feito pela internet, por meio do autoatendimento eleitoral, no site do Tribunal Superior Eleitoral. No entanto, a coleta da biometria exige comparecimento presencial, o que reforça a recomendação de não deixar para a última hora.